



# Greve geral será em 14 de junho

BANCÁRIOS E FINANCIÁRIOS DELIBERAM SOBRE PARTICIPAÇÃO DAS CATEGORIAS EM ASSEMBLEIA NO DIA 11 DE JUNHO. PARTICIPE!

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) e demais centrais sindicais estão convocando todos os trabalhadores do Brasil para a greve geral em 14 de junho, contra a Reforma da Previdência do governo de Jair Bolsonaro. Ou seja, a pauta central da paralisação, que deve ocorrer em todo o País, será a defesa do direito de aposentadoria e o repúdio à Proposta de Emenda à Constituição 6/2019, além

da defesa da Educação pública e de qualidade e por mais empregos.

Por isso, os bancários e financeiros de Curitiba e região irão deliberar sobre sua adesão ao movimento grevista em assembleia, no dia 11 de junho. A assembleia será a partir das 18h30, no Espaço Cultural e Esportivo do Sindicato dos Bancários e Financeiros de Curitiba e região. Participe!

**11**  
de junho  
terça-feira

/ASSEMBLEIA

**Greve geral 14/06**

**Horário:** 18h30 (primeira convocação)  
19h00 (segunda convocação)

**Local:** Espaço Cultural e Esportivo  
(Rua Piquiri, 380 - Rebouças)

**FAÇA COMO OS FRANCESES  
DEFENDA SUA APOSENTADORIA**

Lute  
como  
um  
Brasileiro  
diga não a essa reforma

## /A LUTA CONTINUA

# 10 motivos para se mobilizar contra a Reforma da Previdência

CONTRA OS CORTES NA EDUCAÇÃO, RETIRADA DE DIREITOS E OS DEMAIS DESMANDOS DO GOVERNO BOLSONARO

1

**A Reforma da Previdência proposta por Bolsonaro é o fim do direito à aposentadoria de milhões de trabalhadores**, isso porque acaba com a aposentadoria por tempo de contribuição e impõe a obrigatoriedade da idade mínima de 65 anos para os homens e 62 para as mulheres, aumenta o tempo mínimo de contribuição de 15 anos para 20 anos e muda o cálculo do valor do benefício para reduzir o valor pago pelo INSS. Para ter acesso à aposentadoria integral, o trabalhador terá de contribuir por 40 anos.

2

**Quem já está aposentado também vai ter prejuízo**, pois a reforma exclui da Constituição Federal a regra que determina a reposição da inflação para os benefícios acima do salário mínimo pagos a aposentados e pensionistas da iniciativa privada e do setor público. E mais, desvincula os valores dos benefícios do salário mínimo. Isso significa que os reajustes do salário mínimo não serão mais usados como base de cálculo para corrigir as aposentadorias e pensões.

3

**A Reforma ataca até viúvas e órfãos**. No caso de morte, o cônjuge ou filho que tem direito a pensão receberá apenas 50% do valor do benefício a que o trabalhador tinha direito, mais 10% por cada dependente. Em 2017, mais de 7,78 milhões (22,7%) do total de benefícios pagos foram por pensão por morte. O valor médio mensal foi de apenas R\$ 1.294,05, segundo o Anuário da Previdência Social.

4

**A Reforma ataca também doentes e acidentados** (incapacidade temporária), pois trabalhadores da iniciativa privada e servidores públicos que se acidentarem ou sofrerem de doenças sem relação com o ambiente do trabalho, impedidos de trabalhar por um longo período, vão receber apenas 60% do valor do auxílio-doença, se tiverem contribuído no mínimo durante 20 anos para o INSS. Se eles tiverem contribuído por mais de 20 anos, terá direito a 2% a mais no valor do benefício por cada ano de contribuição.

5

**A Reforma praticamente acaba com aposentadoria por invalidez** (incapacidade permanente), pois propõe que os trabalhadores acidentados ou que tenham doenças contraídas sem relação com o ambiente de trabalho terão de contribuir por, no mínimo, 20 anos para receber apenas 60% do valor da aposentadoria. Se ele tiver contribuído por mais de 20 anos, terá direito a 2% a mais no valor do benefício por cada ano de contribuição.

6

**O governo quer criar a Capitalização da Previdência**, mas ainda não disse como serão as regras. O que se sabe sobre a capitalização é que o sistema funciona como uma poupança pessoal do trabalhador, não tem contribuição patronal nem recursos dos impostos da União para garantir o pagamento dos benefícios. O trabalhador deposita todos os meses um percentual do seu salário nessa conta individual para conseguir se aposentar no futuro. Essa conta é administrada por bancos, que cobram tarifas de administração e ainda podem utilizar parte do dinheiro para especular no mercado financeiro.

7

**A Reforma quer acabar com pagamento da multa de 40% do FGTS**. A reforma da Previdência de Bolsonaro não se limita a Previdência, mexe também com a legislação Trabalhista ao propor o fim do pagamento da multa de 40% do saldo do FGTS quando o trabalhador se aposentar e continuar na mesma empresa. Esse item também isenta o empresário de continuar contribuindo com o FGTS.

8

**Governo quer excluir do acesso ao PIS/Pasep de 18 milhões de trabalhadores**. Outra proposta da reforma que não tem a ver com aposentadoria nem pagamento de benefícios é a sugestão de pagar o abono salarial do PIS/Pasep apenas para os trabalhadores formais que ganham até um salário mínimo (R\$ 998,00). Dos 21,3 milhões (52%) de trabalhadores formais que hoje recebem o abono, 18 milhões deixarão de receber.

9

**Cadê a política para gerar emprego e renda do governo?** No primeiro trimestre deste ano, faltou trabalho para 28,3 milhões de trabalhadores no Brasil, segundo a Pnad Contínua. A taxa de desemprego do período foi de 12,7% e atinge 13,4 milhões. Mas, até agora, o governo Bolsonaro não apresentou sequer uma proposta que, de fato, contribua para aquecer a economia e gere emprego e renda.

10

**Os cortes na educação prejudicam do ensino básico a pós-graduação**, pois vão faltar recursos para a compra de móveis, equipamentos, para a capacitação de servidores e professores e até para pagamento de contas de água e luz. Os cortes também inviabilizam investimentos no programa de Educação Jovens e Adultos (EJA) e também o ensino em período integral. Além disso, afeta profundamente a educação, saúde, produção científica e tecnológica.